



Veredas atemática

Volume 17 nº 2 - 2013

A linguística cognitiva e a filosofia de Wittgenstein

Joana Bortolini Franco (USP)
Evani Viotti (USP)

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de discutir algumas possibilidades de correlações entre a linguística cognitiva e a filosofia tardia de Wittgenstein, a partir do cotejo entre textos das duas linhas de pensamento: Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (1999) da linguística cognitiva; e o *Livro azul* e as *Investigações filosóficas*, de Wittgenstein. Estabelecemos semelhanças na crítica que ambas as linhas fazem a uma concepção geral da linguagem e apontamos semelhanças na percepção de certos aspectos particulares do funcionamento da linguagem. Ao buscar uma coerência entre a explicação científica da linguística cognitiva e a descrição filosófica de Wittgenstein, pretendemos contribuir para a discussão das bases epistemológicas da linguística cognitiva.

Palavras-chave: linguística cognitiva; Wittgenstein; realismo metafísico; metáforas conceituais; confusões filosóficas.

Introdução

Desde seus primórdios, a linguística cognitiva cita a filosofia tardia de Wittgenstein – cujo início se considera serem as aulas em Cambridge nos anos 1933 e 1934 – como uma de suas bases epistemológicas.¹ No tratamento dos processos cognitivos de categorização, a noção de semelhanças de família, entretida por Wittgenstein, é central tanto para a crítica à categorização clássica, de base aristotélica, como para a argumentação a favor das categorias

¹ Em especial, ver Lakoff, 1987; Langacker, 1987; Taylor, 1995; Lakoff e Johnson, 1999; Tomasello, 2003; 2008.

organizadas em torno de protótipos, empiricamente respaldadas pelos achados da psicologia experimental, especialmente nos resultados das pesquisas lideradas por Eleanor Rosch (ROSCH, 1999; LAKOFF, 1987).

A teoria clássica de categorização entende que uma categoria deve ser definida por um conjunto de condições necessárias e suficientes que devem ser satisfeitas para que alguma entidade possa ser considerada como pertencente a ela. Essas condições são entendidas como *necessárias*, porque são compartilhadas por todos os membros da categoria; e *suficientes*, porque são as que bastam para caracterizar um membro da categoria. No *Livro azul* (transcrição das aulas dadas em Cambridge entre os anos 1933 e 1934, primeiramente publicado em 1958), e especialmente em suas *Investigações filosóficas* (publicadas postumamente pela primeira vez em 1953), Wittgenstein propõe a já famosa discussão sobre a categoria JOGO, mostrando que a aplicabilidade da noção clássica de categoria é bastante precária: não existe um único conjunto de condições que seja compartilhado por absolutamente todos os membros dessa categoria – alguns são jogos de lazer, outros envolvem competição; alguns são jogos que demandam sorte, outros exigem algum tipo particular de competência; alguns envolvem vários jogadores, outros não. O que existe de comum entre eles são semelhanças e relações, não um conjunto fechado de características igualmente compartilhadas por todos (WITTGENSTEIN, 1953[1975], §65-67; 1958[1992], p.47-48).

Essa observação está de acordo com um dos princípios de categorização da teoria de protótipos proposta por Rosch, sobre a qual se assentam as discussões sobre categorização feitas no âmbito da linguística cognitiva. Segundo a teoria de protótipos, o mundo é percebido como possuindo uma estrutura altamente correlacional. A ideia pode ser exemplificada da seguinte maneira: consideremos a percepção de atributos como penas, pelos e asas; empiricamente, a relação entre penas e asas é mais forte do que aquela entre pelos e asas (ROSCH, 1999, p.190). Afinal, conhecemos uma grande quantidade de animais que têm penas e asas, mas o mesmo não podemos dizer de animais que têm pelos e asas! A percepção de correlações como essas orienta nosso processo de categorização – tendemos a colocar, em uma mesma categoria, entidades que têm penas e asas.

As categorias se organizam tomando por referência os casos mais claros de pertencimento a elas – os protótipos. Protótipos são os membros de uma categoria que refletem um maior número de traços correlacionais; ou seja, são aqueles que exibem um alto número de características comuns a muitos membros da categoria. A ideia é, então, a de que os seres que percebem o mundo enfatizam a estrutura correlacional dos atributos percebidos, de tal modo que as categorias são conceitualizadas a partir de suas porções mais estruturadas. Como Wittgenstein considera que os julgamentos sobre o pertencimento a categorias se tornam problemáticos apenas nas bordas das categorias, a ideia de que categorias são conceitualizadas a partir de seus membros prototípicos se coaduna com a visão de Wittgenstein (ROSCH, 1999, p.196). Os membros de uma categoria que exibem um menor número de atributos em comum com outros membros são naturalmente menos prototípicos. Mesmo assim, eles exibem semelhança suficiente para que possam ser considerados membros da categoria, exatamente como sugere Wittgenstein em suas considerações a propósito da categoria JOGO.

Talvez menos ressaltado, outro ponto de aproximação entre a linguística cognitiva e a filosofia tardia de Wittgenstein é a associação entre o significado das palavras e seu uso em contexto. É famosa a afirmação feita por Wittgenstein nas *Investigações filosóficas*, de que “a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (§43), como também é conhecida sua opção por o que tem sido chamado *contextualismo* (WHITING, 2010, p.115), quando diz que uma sentença faz sentido apenas nas circunstâncias especiais em que é usada

(WITTGENSTEIN, 1953[1975], §154-155). Ao sustentar que o conhecimento linguístico dos seres humanos emerge do uso da língua em uma situação de interação (LANGACKER, 1987; 2000; TOMASELLO, 2003); ao neutralizar a diferença tradicionalmente estabelecida na linguística entre semântica e pragmática, assumindo uma visão enciclopédica de significado (FILLMORE, 1982; LAKOFF, 1987; EVANS E GREEN, 2006; EVANS, 2009); ao enfatizar a importância da intersubjetividade na construção da gramática e dos sentidos linguísticos (LANGACKER, 1985; 1987; 1991; 1998; 2006; 2008; TOMASELLO, 2003; 2008; VERHAGEN, 2005), a linguística cognitiva está, mais uma vez, indo ao encontro do pensamento de Wittgenstein acerca da linguagem humana, como elaborado em seus escritos mais recentes.

O objetivo deste trabalho é o de levantar e discutir outras possibilidades de aproximação entre a linguística cognitiva e a filosofia tardia de Wittgenstein, especialmente aquela desenvolvida no *Livro azul*. A primeira possibilidade a ser explorada relaciona-se à crítica feita tanto por Wittgenstein quanto pela linguística cognitiva ao que se chama *realismo metafísico* (LAKOFF E JOHNSON, 1999) e à concepção de linguagem a ele associada. A segunda envolve um tema fundador da linguística cognitiva, que é o das *metáforas conceituais*. Ao final, vamos mostrar como essa segunda aproximação é, na verdade, uma instância da primeira. Com essa busca por uma coerência entre aquilo que é uma explicação científica na linguística cognitiva e aquilo que é uma descrição filosófica em Wittgenstein, este artigo visa a trazer novos insumos para as discussões sobre as bases epistemológicas da linguística cognitiva.

1. A crítica às concepções de linguagem atreladas ao realismo metafísico

A linha divisória que tem sido traçada entre a primeira e a segunda fase do pensamento de Wittgenstein, de maneira geral, está associada à crítica de Wittgenstein às teorias filosóficas precedentes, especialmente àquela desenvolvida por ele mesmo em seu *Tractatus logicus-philosophicus*, primeiramente editado em 1921. O *Tractatus* faz parte de uma tradição filosófica de longa data, caracterizada pela ideia de que o mundo impõe uma estrutura fixa a nosso pensamento (PEARS, 1988, p.206).

Essa postura filosófica tradicional se coaduna com aquilo que Baker e Hacker, em seu detalhado comentário sobre as *Investigações filosóficas*, descrevem como a *concepção agostiniana de linguagem*, que, segundo os autores, Wittgenstein considera uma concepção primitiva da linguagem. Em linhas gerais, essa concepção entende que a essência da linguagem é dar nome às coisas e que o significado das palavras é a fundação primeira da linguagem. O funcionamento da linguagem é entendido como uma correspondência unívoca entre ela e uma realidade anterior, cuja estrutura determina, de antemão, todos os usos linguísticos possíveis. Essa visão simples de linguagem é tida como *natural*, porque encontra sustentação em *jogos de linguagem* bastante comuns em nosso dia-a-dia, precisamente porque envolvem a nomeação de objetos, o apontamento e a descrição de situações (BAKER E HACKER, 2005, p.1-2).² Comentaristas de Wittgenstein consideram que é essa concepção

² Na filosofia tardia de Wittgenstein, a ideia de jogos de linguagem assume diferentes funções, nenhuma delas claramente definida ou delineada, como é típico dos escritos do autor. O que se deve destacar, para os objetivos deste artigo, é a analogia feita entre jogos regidos por regras e as situações e contextos cotidianos em que a linguagem é empregada: para Wittgenstein, a linguagem cotidiana é utilizada de acordo com regras convencionais, e cada contexto de uso conta com regras próprias, cada qual entendido como um jogo de linguagem. Sobre isso, ver Wittgenstein, 1953[1975], §83.

agostiniana de linguagem que está na base das várias *confusões gramaticais* discutidas por Wittgenstein em sua filosofia tardia (PEARS, 1988; BAKER E HACKER, 2005).³

Wittgenstein aponta que, apesar de filósofos pretenderem aplicar a chamada concepção agostiniana de linguagem à descrição de toda a linguagem, ela é muito limitada. Trata-se da descrição de um sistema de comunicação que, de fato, não deixa de ser apropriado, mas apenas para dar conta de uma região bastante circunscrita da linguagem, deixando de lado muito do que há para descrever (WITTGENSTEIN, 1953[1975], §3). Essa descrição revela uma atitude particular do filósofo metafísico, que retira as expressões linguísticas dos contextos comuns em que são entretidas, e as interpreta de uma maneira diferente daquela em que elas são comumente usadas. (WITTGENSTEIN, 1953[1975], §38; 90; 194; 1958[1992], p.33). No caso particular da concepção agostiniana de linguagem, ela pode ser considerada uma *confusão gramatical* justamente porque aborda a linguagem de acordo com regras de somente um de seus domínios de uso, qual seja, o que diz respeito à nomeação de entidades e à descrição de situações.

Da maneira como tratada por Wittgenstein, a concepção agostiniana de linguagem parece se aproximar de um conjunto de assunções que a linguística cognitiva considera subjacente a grande parte das teorias filosóficas e científicas do pensamento ocidental, que Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (1999) rotulam como *objetivismo* ou *realismo metafísico*. A linguística cognitiva se contrapõe a essas assunções, tanto quanto Wittgenstein se opõe à concepção agostiniana de linguagem.

O realismo metafísico (ou objetivismo) se caracteriza por uma metafísica baseada na existência de uma única realidade absoluta, e por uma epistemologia segundo a qual a razão humana tem acesso direto a essa realidade. A ideia então é a de que a mente espelha a realidade que, por sua vez, é única e objetiva (LAKOFF, 1987, p.162-163, p.159). O realismo metafísico deve ser entendido como uma posição muito geral que não recebe elaboração formal em nenhuma teoria específica, mas que funciona como um conjunto de pressupostos assumidos por muitas teorias linguísticas e muitas correntes filosóficas, sem maiores considerações. Na filosofia analítica, por exemplo, ele aparece na forma de uma teoria da correspondência segundo a qual o significado das palavras e das proposições é dado pela relação entre a linguagem, de um lado, e conceitos com existência objetiva, de outro (LAKOFF E JOHNSON, 1999, p.440-444). Sob a influência da filosofia analítica e no contexto de teorias da linguagem elaboradas de acordo com a epistemologia objetivista, teorias semânticas referencialistas e verificacionais são construídas tomando por base a noção da existência de uma relação direta entre a linguagem e um mundo objetivamente dado. A principal herança da filosofia analítica para as teorias semânticas é a ideia de que os conceitos do pensamento e da linguagem (assumindo-se a metáfora conceitual *Pensamento É Linguagem*) são universais, absolutos e atemporais, o que é justificado por sua relação com uma realidade objetivamente dada, independente de qualquer construção que o homem possa fazer sobre ela.

A contraposição da linguística cognitiva ao realismo metafísico é manifestada na tese da cognição corporeada – ou *realismo corporeado*, como preferem Lakoff e Johnson (1999). A cognição corporeada se baseia na ideia de que o conhecimento humano funciona e se estrutura de acordo com mecanismos que caracterizam tanto a percepção e as habilidades motoras quanto a razão. A conformação morfológica do corpo humano, a neurofisiologia do cérebro, os sistemas sensorio-perceptual e motor, e o tipo específico de interação que o ser

³ Os termos *confusão gramatical* e *confusão filosófica* são termos propostos por Wittgenstein, sendo usados aqui em sentido técnico. Logo a seguir, o significado dessas expressões no âmbito do pensamento de Wittgenstein deve ficar claro.

humano estabelece com o ambiente físico e social em que vive determinam a estrutura e o conteúdo do conhecimento como um todo, seja ele concreto ou abstrato. A experiência com o corpo fornece uma estrutura pré-conceitual caracterizada por propriedades perceptivas e motoras, a partir da qual mecanismos imaginativos – metafóricos e metonímicos – mapeiam o conteúdo e a informação inferencial do conhecimento concreto para outros domínios do conhecimento.

A partir dessa perspectiva, a linguagem, concebida como uma manifestação da cognição humana, é uma importante fonte de evidências para o entendimento de mecanismos e estruturas que são mais do que linguísticos – são cognitivos. Assim, em expressões linguísticas como aquelas entre (1) e (4) abaixo, tem-se a manifestação de um mapeamento conceitual mais geral característico do funcionamento da mente, mais especificamente do modo como conceitos abstratos são elaborados a partir do conhecimento concreto; nesse caso, uma entidade abstrata é concebida como um objeto manipulável, manifestando a metáfora conceitual *Ideias São Objetos*, que se reflete em expressões linguísticas que usam termos aplicáveis a objetos físicos para predicar sobre entidades mentais.

- 1) Ele *roubou* minha ideia.
- 2) Esta ideia é *cópia* da ideia daquele filósofo medieval.
- 3) Agora é preciso *levar* essa ideia adiante.
- 4) Ela *pegou* a ideia de um matemático famoso e a desenvolveu em sua tese.

Dentro da visão do realismo corporeado, para que seja possível um entendimento amplo da linguagem enquanto manifestação da cognição, os fenômenos linguísticos nunca devem ser descritos e analisados sem que se considere todo o contexto de sua produção: o da interação de corpos num determinado tempo e espaço, num determinado contexto social. Analogamente, a filosofia tardia de Wittgenstein é caracterizada pela crítica à abordagem da linguagem desenvolvida no âmbito da filosofia. Essa abordagem considera a linguagem como um cálculo independente de seu uso particular em situações concretas da vida humana. Em oposição, Wittgenstein propõe uma filosofia de caráter terapêutico, que visa a dissolver problemas filosóficos tomando por base a investigação da linguagem em uso, fundamentando o significado linguístico nas práticas humanas. A preocupação com a prática e o retorno ao que se pode chamar, nos termos de Wittgenstein, o “solo áspero” da vida (WITTGENSTEIN, 1953[1975], §107) é certamente um aspecto de sua filosofia que se assemelha às preocupações da linguística cognitiva. Isso, sem dúvida, aproxima as duas linhas de pensamento por uma espécie de semelhança de família.

A chamada concepção agostiniana de linguagem, criticada por Wittgenstein, se assemelha à visão de linguagem associada ao realismo metafísico e criticada pela linguística cognitiva, nomeadamente, a de que a linguagem é uma manipulação abstrata de símbolos que adquirem significação pela correspondência com uma realidade externa e objetiva. Uma das assunções que compõem essa visão é a de que todos os conceitos da linguagem são literais e designam alguma entidade ou situação determinada, uma vez que eles devem responder a uma ordem absoluta. Igualmente, dentre as assunções que acompanham a concepção agostiniana de linguagem, toda palavra se correlaciona com um significado determinado. Não se concebe a possibilidade de qualquer indeterminação na significação, na medida em que, por hipótese, na realidade objetiva simplesmente não existem entidades indeterminadas (BAKER E HACKER, 2005, p. 6).

Outras referências a aspectos centrais da metafísica e da epistemologia objetivista podem ser observadas na concepção agostiniana de linguagem, criticada por Wittgenstein.

Nos termos do objetivismo, o mundo tem uma estrutura absoluta, externa e independente da cognição humana, e as palavras se referem diretamente às categorias que constituem essa estrutura. Essas categorias são concebidas como tendo limites claros, sendo organizadas a partir de membros que satisfazem um conjunto de condições necessárias e suficientes para o pertencimento a elas. Dentro dessa visão, conceitos devem se referir a conjuntos objetivos de propriedades bem determinadas. Do mesmo modo, na concepção agostiniana de linguagem, as regras de uso de uma palavra dependem da categoria ontológica à qual a palavra corresponde (BAKER E HACKER, 2005, p. 5).

Além de coincidirem em muitas das suas assunções de base, o objetivismo e a concepção agostiniana de linguagem coincidem também por funcionar ambos como um conjunto de pressupostos subjacentes a muitas correntes teóricas, assumidos despercebidamente ao longo da história do pensamento ocidental, o que veio a dar origem a muitas concepções errôneas de linguagem. Segundo Baker e Hacker (2005), os aspectos básicos da concepção agostiniana de linguagem acabam por ser aceitos sem questionamento por um conjunto de linhas de pensamento, justamente por causa da enorme frequência de jogos de linguagem de nomeação e apontamento que ocorrem na prática linguística cotidiana, e da sua naturalidade. Dentre esses aspectos, estão o de que a função essencial das palavras é corresponder a coisas; o de que as próprias coisas a que as palavras correspondem constituem o significado das palavras; o de que as palavras se correlacionam com seus significados porque apontam para entidades do mundo, conectando-as com a realidade. É contra esses pressupostos nunca questionados que Wittgenstein se coloca (BAKER E HACKER, 2005, p. 3).

De maneira análoga, a linguística cognitiva reconhece o não questionamento de uma série de pressupostos usados para justificar o objetivismo. O que ocorre é que um conjunto limitado de experiências cotidianas é usado para caracterizar toda a metafísica e a epistemologia em que as teorias linguísticas se baseiam. Até certo ponto, o objetivismo faz sentido, e muitas de nossas concepções linguísticas se adequam a ele. Quando tratamos de experiências com objetos físicos, por exemplo, palavras como *mesa* ou *elefante* designam o objeto MESA e o objeto ELEFANTE, respectivamente. O problema está em estender, a outros domínios do conhecimento, essas assunções sobre como experienciamos e nos referimos a objetos físicos (LAKOFF, 1987, p. 175). Esses aspectos simples do funcionamento da linguagem não podem ser tomados como a própria essência da linguagem.

Nesse mesmo sentido, Lakoff e Johnson (1999) comentam que a concepção de linguagem da filosofia analítica é construída sobre as teorias populares de nomeação e de significação. Dentro dessa concepção, as palavras nos levam a coisas no mundo, e aprender o significado das palavras é aprender como nomear corretamente as coisas do mundo (LAKOFF E JOHNSON, 1999, p. 442). Essas teorias populares participam da experiência de ensino da língua às crianças, e sua trivialidade e simplicidade contribuem para sua adoção como se elas constituíssem um truísmo.

Com isso, destacamos que, seja na crítica de Wittgenstein à concepção agostiniana de linguagem, seja na crítica da linguística cognitiva às teorias linguísticas fundadas no objetivismo, há uma coincidência com relação à generalização e transformação em teoria geral da linguagem de um domínio muito particular do uso linguístico. Em Wittgenstein, esse domínio de uso diz respeito aos jogos de linguagem de nomeação, apontamento etc.; na linguística cognitiva, trata-se do domínio da experiência concreta cotidiana com objetos. A concepção agostiniana de linguagem e o objetivismo se assemelham não somente porque compartilham as mesmas assunções básicas, mas também porque consistem na imposição da lógica de somente um dos usos da linguagem cotidiana ao entendimento de seu uso como um

todo. Com isso, aproximamos Wittgenstein e a linguística cognitiva, com respeito a seu posicionamento crítico em relação a uma concepção de linguagem e de significação.

2. Metáforas conceituais

A filosofia tardia de Wittgenstein caracteriza-se por uma mudança radical do enfoque a ser dado ao trabalho filosófico. Wittgenstein deixa de insistir na busca de soluções para os problemas tradicionais da filosofia, para passar a se preocupar em propor uma maneira de dissolvê-los. Essa dissolução se torna possível, na medida em que os problemas filosóficos deixam de ser concebidos como verdadeiros problemas, para ser entendidos como meros frutos de embaraços com o uso da linguagem cotidiana. Wittgenstein passa a ressaltar que a terapêutica da prática filosófica deve levar o filósofo a assumir, como ponto de partida, a investigação do uso da linguagem nas práticas cotidianas da vida humana. Essa posição privilegiada que o uso da linguagem assume na prática filosófica tem o objetivo de afastar, desde o início, qualquer problema que eventuais confusões relacionadas a essas práticas possam vir a causar. Um exemplo de confusão advinda do mau entendimento do uso da linguagem, discutido por Wittgenstein no *Livro azul*, é o da perplexidade de Santo Agostinho com relação à possibilidade de medirmos o tempo, já que o passado *se foi*, o futuro *ainda não chegou* e que o presente *não tem extensão* (WITTGENSTEIN, 1958[1992], p.59-60).

Segundo Wittgenstein, ao ver-se às voltas com essa questão, Santo Agostinho expressa uma confusão com relação a dois usos da palavra *medição* na linguagem cotidiana: um que designa a medição do espaço e outro que designa a medição do tempo. Comparemos, por exemplo, a ação de medir o comprimento de uma mesa e a ação de medir a duração de um concerto, incluindo aí todos os atos envolvidos em cada caso. Embora as proposições sejam *análogas em sua forma*, os critérios empíricos considerados para dizer que se fez uma ou outra coisa são bastante diferentes. Santo Agostinho acaba por negligenciar essa diferença e interpretar o funcionamento da palavra *medição* apenas de acordo com os critérios de somente um dos seus usos – o uso de *medição* para o espaço. Vem daí sua perplexidade sobre a possibilidade de uso da mesma palavra para a consideração do tempo, que não tem extensão.

Esse é o tipo de problema que Wittgenstein considera uma *confusão gramatical*. Como visto, uma confusão gramatical se caracteriza por envolver a imposição da lógica de um domínio de regras da linguagem cotidiana – um domínio gramatical – sobre outro domínio de regras. No caso da confusão de Santo Agostinho relacionada à medição do tempo, o que ocorre é que a lógica das proposições que falam sobre o espaço se mantém válida para a interpretação das proposições que falam sobre o tempo. Vejam, então, que a confusão de Santo Agostinho não envolve apenas a diferença gramatical relacionada ao uso de uma só palavra – no caso, *medição* – mas sim de todo um conjunto de proposições que entram nos jogos de linguagem da descrição do espaço e do tempo. Ela está envolvida, por exemplo, também no embaraço gramatical que surge com o uso de expressões como *para trás* e *à sua frente* nas sentenças (5) e (6) interpretadas de acordo com a regras de uso desses termos em proposições que falam do deslocamento no espaço, como em (7):

- 5) Deixe o passado *para trás*.
- 6) Concentre-se no futuro *à sua frente*.
- 7) A casa da Maria ficou *para trás*, mas a do João é logo *à frente*.

Esse tipo de confusão é bastante discutido no *Livro azul*, e muitos exemplos poderiam ser dados. Concentramo-nos, aqui, em alguns que podem ser comparados com algumas das *metáforas da vida cotidiana*, apresentadas e amplamente discutidas nos trabalhos seminais de Lakoff e Johnson (1980; 1999).⁴ A particularidade acerca da palavra *medição*, que gera a perplexidade de Santo Agostinho, é uma das observações de Wittgenstein que podem ser correlacionadas com a ideia de Lakoff e Johnson de que o uso de metáforas é profícuo na linguagem de nosso dia-a-dia. Esses autores observaram, a partir da descrição de diversas línguas naturais, que sentenças que localizam eventos temporalmente e que falam da passagem do tempo são expressões metafóricas que utilizam termos e expressões originalmente usados para localizar objetos no espaço. É o caso, por exemplo, de proposições que expressam a conceitualização metafórica do tempo com base na lógica inferencial do conhecimento espacial, como as seguintes:

- 8) Meu aniversário está *chegando*.
- 9) O concerto é muito *longo*.
- 10) Meu tempo é *curto*.
- 11) O carnaval já *passou*.
- 12) O futuro está *diante de nós*.

Há, portanto, um paralelo entre aquilo que Wittgenstein considerou analogias formais passíveis de gerar interpretações equivocadas a respeito do uso de certas palavras e de certas proposições, e as metáforas observadas por Lakoff e Johnson. De um lado, para Wittgenstein, a gramática da palavra *medição* é caracterizada por dois usos diferentes, um dos quais é negligenciado em favor da lógica que caracteriza o outro; de outro lado, seguindo o pensamento de Lakoff e Johnson, o uso da palavra *medição* para a referência temporal revelaria o emprego metafórico de uma expressão relativa ao domínio da espacialidade para tratar de um fato do domínio da temporalidade. Esse emprego seria entendido como a manifestação linguística de uma capacidade cognitiva humana extremamente produtiva, pela qual entidades de um domínio abstrato são conceitualizadas a partir de entidades de um domínio concreto; no caso em questão, o domínio abstrato do tempo estaria sendo conceitualizado a partir do domínio concreto do espaço, o que é comum no nosso uso linguístico cotidiano, como mostram os exemplos entre (8) e (12). Aquilo que Wittgenstein considera uma confusão gramatical, para a linguística cognitiva, não é outra coisa que não a manifestação linguística de uma operação cognitiva cotidiana.

Como essa, há menção, na obra tardia de Wittgenstein, a incontáveis outras confusões, dentre as quais está o caso de algumas envolvidas nas reflexões sobre a mente e o pensamento. Wittgenstein observa que perguntas como (13) e (14) abaixo deixam entrever confusões derivadas do uso da palavra *pensamento* em sentenças que, em sua forma, se parecem com aquelas que designam atividades corporais concretas, como *falar* e *escrever*.

- 13) Que tipo de *atividade* é o pensamento?
- 14) *Onde* se passa o pensamento?

⁴ Hoje a literatura que estuda metáforas no âmbito da linguística cognitiva já é bastante vasta e discute aspectos desse fenômeno da cognição humana que vão além daqueles discutidos nos trabalhos pioneiros sobre o assunto. Aqui limitamo-nos a mencionar os trabalhos fundadores, porque nosso objetivo é apenas o de mostrar o paralelismo que existe entre esses trabalhos e algumas das discussões feitas por Wittgenstein na segunda fase de seu pensamento.

Comparemos, por exemplo, as sentenças em (15) e (16) abaixo:

- 15) Ele *falou* que vai chover.
- 16) Ele *pensa* que vai chover.

Apesar de *análogas na forma*, essas sentenças são usadas segundo critérios diferentes: em (15), trata-se de um acontecimento ocorrido no mundo, cuja veracidade pode ser verificada a partir da observação de estados de fato; ou seja, trata-se de uma *atividade* que se desenvolveu em algum *lugar* em particular; em (16), o uso de *pensar* não pode ser associado à verificação de um fenômeno específico que possa ser observado como tal. A negligência, por parte dos filósofos metafísicos, em assinalar essa diferença entre as duas proposições, conduz à interpretação da palavra *pensamento* a partir das regras de uso de palavras que designam atividades concretas localizáveis, como *falar*, por exemplo. Ou seja, os filósofos aplicam a lógica do domínio do *falar* sobre o domínio do *pensar*.

Gostaríamos de enfatizar que, para Wittgenstein, não são essas particularidades, elas mesmas, que geram as confusões gramaticais, mas sim uma atitude particular do filósofo para com a linguagem cotidiana. Como foi dito, essa atitude consiste em afastar a linguagem do seu uso cotidiano e abordá-la como se ela funcionasse de uma só maneira, ou seja, como se todas as palavras tivessem, igualmente, significados determinados. Quando o filósofo se afasta do uso cotidiano da linguagem, isso não significa que ele aborde as palavras e expressões da linguagem sem tomar como referência um sistema conceitual, mas sim que ele impõe à linguagem um sistema conceitual preconcebido. Como pode ser observado na descrição da perplexidade de Santo Agostinho em relação à aplicação da palavra *medição* para falar de tempo, não se trata somente de tirar as expressões dos seus contextos usuais, mas também de supor que elas devem ter um significado determinado. Daí a dificuldade de lidar com a ideia de que uma mesma palavra pode ter significados diferentes – ou, nos termos de Wittgenstein, usos diferentes. Em última instância, as confusões filosóficas são derivadas dessa postura metafísica, que consiste em abordar a linguagem como um cálculo que segue regras exatas, como o que ocorre no âmbito das ciências naturais e na matemática (WITTGENSTEIN, 1958[1992], p.59). Essa é uma concepção geral de linguagem contra a qual Wittgenstein se volta em sua filosofia tardia, e que estaria por trás, de um modo ou de outro, de todas as confusões particulares criticadas por ele. É nesse sentido, então, que se considera que a concepção agostiniana de linguagem, discutida no item precedente, está na base das mais variadas confusões gramaticais.

Por seu lado, a linguística cognitiva aponta a existência de um sistema de metáforas rotulado *Mente É Corpo* como uma das formas de conceitualização de experiências abstratas. Esse sistema pode ser usado para fins de estabelecimento de uma correlação com a discussão que Wittgenstein faz do uso do conceito de *pensamento*. Duas das metáforas que integram esse sistema são *Pensamento É Movimento* e *Adquirir Ideias É Comer*, expressas em sentenças como as seguintes:

- 17) Finalmente *alcancei* a resposta para minha pergunta.
- 18) Depois de muito debate, *chegamos* ao entendimento do problema.
- 19) É difícil *digerir* uma notícia como essa.
- 20) Ávido por conhecimento, ele *devora* tudo o que o professor diz.

A linguística cognitiva vê no fato de que, na linguagem cotidiana, a lógica de um domínio concreto seja mapeado em um domínio abstrato, como nos exemplos acima, uma

operação cognitiva trivial, que se manifesta por todo o uso linguístico. Do ponto de vista de um falante da língua, não há nada de estranho nisso. Alguma estranheza pode, sim, ser sentida, não por um falante, mas por um linguista, caso ele deixe de reconhecer essa característica da cognição humana e venha a interpretar a significação das expressões linguísticas de maneira puramente referencial e limitada, como aquela que causou a perplexidade em Santo Agostinho. Nesse caso, o linguista estaria agindo como o filósofo metafísico, impondo as regras de uso que uma determinada expressão linguística obedece em um domínio de conhecimento a outro domínio.

Vemos, portanto, que, primeiramente, a filosofia de Wittgenstein e a linguística cognitiva atentam, ambas, para uma mesma característica do uso da linguagem humana, para a qual nem filósofos, nem semanticistas haviam dado a devida importância. Em segundo lugar, as duas correntes de pensamento enfatizam o fato de que uma mesma palavra – ou as proposições de que ela participa – podem, muitas vezes, dizer respeito a domínios de conhecimento diferentes. Mas a abordagem desse aspecto da linguagem humana é feita por caminhos diversos. O que, para Wittgenstein, são peculiaridades do uso da linguagem que podem gerar confusões gramaticais, caso se imponha a lógica de um domínio sobre o outro, para a linguística cognitiva, são, não uma peculiaridade, mas uma característica marcante e difundida da linguagem, manifestação de uma capacidade cognitiva que permeia todo o raciocínio humano.

Conclusão

A aproximação que propusemos aqui entre a chamada concepção agostiniana de linguagem – criticada por Wittgenstein – e o realismo metafísico ou objetivismo – criticado pela linguística cognitiva – ajuda a dar corpo ao exercício promovido neste artigo. Tanto na linguística cognitiva, quanto em Wittgenstein, essa aproximação alcança o ponto em que suas críticas concernem a uma concepção geral de linguagem, que antecede a colocação de outros problemas do uso linguístico de caráter mais específico. As analogias que apontamos entre certos usos da linguagem tratados por Wittgenstein e algumas metáforas da vida cotidiana apontadas e discutidas por Lakoff e Johnson poderiam, eventualmente, ser consideradas meras semelhanças acidentais. Mas a aproximação feita entre a crítica à concepção agostiniana de linguagem e ao objetivismo, mostrando que essas visões são fundadas na primazia da lógica de um único domínio da experiência cotidiana, revelou que há um paralelo entre as duas linhas de pensamento numa instância mais geral: o que questiona uma visão de mundo que emoldura uma concepção de linguagem e induz a problemas linguísticos de diversos tipos. Com isso, a ideia de que é possível estabelecer uma coerência entre a explicação da linguística cognitiva e a descrição de Wittgenstein ganha força. Não se trata, ressaltamos, de dizer que as metáforas conceituais servem para explicar os fenômenos da linguagem descritos por Wittgenstein, ou vice-versa, mas, sim, de dizer que não há uma contradição entre eles; mais ainda, trata-se de mostrar que sua descrição e tratamento, tanto em Wittgenstein quanto na linguística cognitiva, têm como pano de fundo a crítica a uma mesma concepção de linguagem limitada, que tantos problemas traz para a filosofia e para a linguística.

Apesar das aproximações que buscamos ressaltar neste artigo, não podemos ignorar diferenças marcantes entre as duas linhas de pensamento. O estatuto que as sentenças *análogas* têm em Wittgenstein é muito diferente daquele que as metáforas conceituais têm na teoria linguística cognitiva: de um lado, trata-se de particularidades da linguagem cotidiana, importantes somente na medida em que, em algum ponto, conduzem o filósofo ao erro; de

outro, expressões linguísticas metafóricas são a manifestação de um modelo cognitivo que explica não somente o uso dessas expressões como, também, o funcionamento da mente humana. Essa diferença entre as duas linhas de pensamento não se altera com a aproximação estabelecida neste artigo, mas também não impede a aproximação. E essa aproximação, a nosso ver, pode ser bastante frutífera, na medida em que ela traz para a discussão, feita tanto na filosofia quanto na linguística, alguns aspectos dos usos da linguagem que cada uma das áreas de estudo ainda não havia considerado.

Cognitive linguistics and Wittgenstein's philosophy

ABSTRACT: This article discusses some correlations between cognitive linguistics and Wittgenstein's later philosophy, by comparing texts from these two lines of thought, namely Lakoff (1987) and Lakoff and Johnson (1999) from cognitive linguistics; and *The blue book* and *Philosophical investigations*, by Wittgenstein. We have established similarities in the criticism made by both lines against a general conception of language, and we have pointed out some similarities in the perception of certain specific aspects of language use. By searching coherence between the scientific explanation of cognitive linguistics, and the philosophical description by Wittgenstein, we aim at contributing to a broad discussion of the epistemological basis of cognitive linguistics.

Keywords: cognitive linguistics; Wittgenstein; metaphysical realism; conceptual metaphors; philosophical confusions.

Referências

BAKER, G.P.; HACKER, P.M.S. *Wittgenstein. Understanding and meaning*. Oxford: Blackwell, 2005.

EVANS, V. *How words mean. Lexical concepts, cognitive models, and meaning construction*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

EVANS, V.; GREEN, M. *Cognitive linguistics. An introduction*. Mahwah, NJ, 2006.

FILLMORE, C. Frame semantics. In Linguistic Society of Korea (Ed.), *Linguistics in the morning calm. Selected papers from SICOL-1981* Seoul: Hanshin Publishing Company, 1982. p.111-137.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things. What categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh. The embodied mind and its challenge to Western thought*. New York: Basic Book, 1999.

LANGACKER, R. W. Observations and speculations on subjectivity. In J. Haiman (Ed.), *Iconicity in syntax. Proceedings of a symposium on iconicity in syntax - Stanford, June 1983*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985. p.109-150.

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar. Theoretical prerequisites*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar. Descriptive application*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.

LANGACKER, R. W. On subjectification and grammaticization. In J.P. Koenig (Ed.), *Discourse and cognition. Bridging the gap*. Stanford, CA: CSLI, 1998, p.71-89.

LANGACKER, R. W. *Grammar and conceptualization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000.

LANGACKER, R. W. Subjectification, grammaticalization, and conceptual archetypes. In A. Athanasiadou, C. Canakis, & B. Cornillie (Eds.), *Subjectification: Various paths to subjectivity*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006, p.17-40.

LANGACKER, R. W. *Cognitive grammar. A basic introduction*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2008.

PEARS, D. *The false prison. A study of the development of Wittgenstein's philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

ROSCH, E. Principles of Categorization. In E. Margolis & S. Laurence (Eds.), *Concepts. Core readings*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999, p.189-206.

TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization. Prototypes in linguistic theory*. Oxford/New York: Clarendon Press, 1995.

TOMASELLO, M. *Constructing a language. A usage-based theory of language acquisition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

TOMASELLO, M. *Origins of human communication*. Cambridge, MA/London: The MIT Press, 2008.

VERHAGEN, A. *Constructions of intersubjectivity. Discourse, syntax, and cognition*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2005.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1953[1975]. (Coleção *Os Pensadores*, v. XLVI).

WITTGENSTEIN, L. *O Livro azul*. Lisboa: Edições 70, 1958[1992].

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1921[2001].

WHITING, D. Particular and general: Wittgenstein, linguistic rules, and context. In D. Whiting (Ed.), *The later Wittgenstein on language*. London: Palgrave/Macmillan, 2010, p.114-132.

Data de envio: 17/05/2013

Data de aprovação: 25/11/2013

Data de publicação: 15/04/2014